

O fetichismo da transparência

NELSON CASTAN

Agora já não há mais dúvidas. Instalada definitivamente a Nova República, seus contornos ganharam nitidez. A bruma que caiu ao longo da enfermidade de Tancredo Neves dissipou-se. Para aqueles que ainda nutriam alguma esperança de observar mudanças concretas na condução política econômica, restou a simples realidade. Este governo de transição esforça-se para apresentar-se como liberal no âmbito dos direitos civis e na prática da política parlamentar, porém configura-se conservador e ostensivamente continuísta no seu discurso econômico.

É importante ter sempre presente que a forma como uma determinada questão é colocada já limita de modo substancial as respostas possíveis. A ida espontânea do Ministro Dornelles ao Congresso não só mostrou o "passivo econômico" herdado dos anos de autoritarismo, mas sobretudo deixou claro que a sociedade brasileira não deve esperar qualquer medida inovadora para resolvê-lo. Foi exatamente esta disposição que deparei num depoimento do Professor Adroaldo Moura da Silva, presidente da Comissão de Valores Mobiliários. Frente aos mesmos problemas só se poderia esperar as mesmas soluções. Nos anos de

prosperidade econômica, o sr. Delim, da mesma forma, fazia crer que a estrutura de crescimento plasmada no chamado milagre era o único caminho. Como se vê, o recurso à mistificação segue sem maiores constrangimentos.

A grande equação nacional, cuja solução constitui a premissa maior para a retomada do crescimento, é a dívida pública em suas várias modalidades — títulos do Tesouro, empréstimos ao Governo propriamente e às estatais, carreados através do sistema financeiro, além dos créditos de fornecedores. A rolagem desta dívida, como tem sido feita, opera como devastador mecanismo de sucção, sendo responsável pela quase totalidade das exigências de financiamento do Estado a nível global. A correção monetária ou cambial desta dívida, acrescida de sua remuneração real, responde pela magnitude do déficit. Invocar outras razões é mais do que tergiversar, é, simplesmente, menosprezar o discernimento da sociedade brasileira.

Seria de todo desejável que a criatividade neste País se direcionasse para conceber estratégias de decomposição da dívida — naturalmente preservando o que ainda resta dos empregos, do salário, do setor produtivo nacional e dos níveis, mesmo insuficientes, da política social do Governo.

Na etapa de transição que estamos vivendo, as forças conservadoras têm se utilizado de eufemismos sobre a natureza do Estado e de relatos sobre a dívida pública que não resistem 'a mais simples verificação lógica e histórica. De um lado procura-se apontar o Estado como o grande inimigo que não cumpriu o acordo celebrado, quando o que se observa, na verdade, é o inverso: a privatização do Estado. Porém, mediante um discurso ideológico perverso, se pretende mostrar o Estado como cerceador do fortalecimento da iniciativa privada. De outro lado, o déficit é atribuído primordialmente ao caos da estrutura gerencial e administrativa e, também, a uma tendência — que seria intrínseca ao próprio Estado — de expandir-se progressivamente.

Um discurso dessa natureza, pelo fato mesmo de atropelar a realidade frente aos nossos olhos, deixa de registrar que o endividamento do Governo operou em boa medida como um mecanismo de escape para dificuldades financeiras do próprio setor privado. É sabido, por exemplo, que a chamada Resolução 432 — na qual está contabilizada uma volumosa dívida do Governo vis-à-vis às empresas — absorveu largas parcelas do endividamento em moeda estrangeira, quando esta modalidade de

evidenciou-se crescentemente onerosa. Ademais, quando o setor empresarial deixa de renovar suas posições em dólar junto aos bancos internacionais, a virtual inadimplência nas contas externas do Brasil empurrou o governo, mas suas várias instâncias, à posição de único tomador de financiamento externo o que correspondia à alternativa mais antieconômica naquela conjuntura.

Nos últimos anos a gestão ortodoxa da crise econômica consolidou uma aliança cujos interesses têm sido preservados via Estado, ou seja, às expensas do restante da sociedade. Este conjunto de forças, que tem o seu eixo centrado nas empresas multinacionais, no capital financeiro (nacional e forâneo) e em segmentos do setor exportador, está conduzindo o processo de transferência de riquezas a seu favor a um ponto tal de paroxismo, que ele próprio está se inviabilizando.

Com o outro lado da equação já marginalizado e em processo de continuado encolhimento, resta a política econômica da Nova República preocupar-se com o conteúdo de suas propostas e não somente com a forma.

PPNELSON CASTAN é Doutor em Economia pela New School for Social Research, de Nova York, e Secretário-Geral do Instituto Alberto Pasqualini, no Rio Grande do Sul.